

FÓRUM CIENTÍFICO DO UNICERP ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EDIÇÃO 2022

ADOÇÃO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA AO PERÍODO DE ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA DIANTE DA TEORIA DO AFETO

Pâmela Cristina dos Reis Silva¹, Samir Alves Daura²

E-mail: pamelacristina2001ll@gmail.com

¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, Patrocínio, Minas Gerais, Brasil; ² Mestre, Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, Direito, Patrocínio, Minas Gerais, Brasil.

Introdução: A temática referente à “circulação de menores” é bastante reflexiva e polêmica, sobretudo tratando-se de quando essa se dá no meio internacional. Preliminarmente, é necessário destacar que a família é o primeiro agente socializador do ser humano, conseqüentemente, isso reflete no agir e pensar no desenvolvimento do menor. A origem da família remonta à história da civilização, na qual através da carência e desejo de manter vínculos e/ou necessidade em razão de subsistência, o corpo social formara grupamentos. No mundo contemporâneo, somente com o abandono do estado natural da família para o cultural que fora possível a estruturação da família. A primeira lei que dispôs sobre o Direito de Família, foi apadrinhada de Lei do Pai, que possuía o propósito de através do pátrio poder, reprimir a supressão dos instintos, tal qual, o incesto. O Código Civil de 1916 trazia uma versão extremamente estreita e discriminatória da entidade família. Com a atual vigência do Código Civil de 2002 e da Constituição Cidadã de 1988, passou-se a avistar a família com um olhar diferente daquele que se tinha com o Código Civil de 1916 e de Constituições que vigoraram anteriormente a atual. A datar disto, surge-se então a teoria da afetividade, defendida pela doutrina dominante, e inclusive pode também ser contemplada no instituto da adoção. **Objetivo:** Analisar a adoção internacional e verificar se o estágio de convivência se dá de forma a não afetar o princípio constitucional/dever da afetividade. **Metodologia:** O presente trabalho estruturou-se a partir do método dedutivo, bem como rigorosa revisão bibliográfica e análise de estudos acerca de dispositivos legais concernentes a matéria discorrendo a não conformidade do período de estágio de convivência perante o princípio da afetividade. **Resultados:** Almeja-se como resultado uma contemplação acerca da efetividade do estágio de convivência frente a adoção internacional explorando a não conformidade com o princípio da afetividade. **Conclusão:** O trabalho está em fase de desenvolvimento, não sendo possível afirmar, ainda, se as hipóteses criadas se confirmam.

Palavras-chave: Estágio de convivência. Adoção internacional. Família.